



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Como o painel eletrônico não estava funcionando, fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Livia Duarte expressou não existir escolha em relação à sexualidade, não se tratando de uma opção e sim de uma orientação que mostra ao sujeito o que ele é. Ninguém escolhe amar desta ou daquela forma, ninguém escolhe sofrer preconceito, incompreensão e perseguição por ser LGBTQIA+, indicou. A orientação sexual pode se esconder, até por décadas, afirmou, dizendo conhecer dezenas de casos assim. Referiu-se depois aos projetos, de autoria do Executivo Municipal, que seriam discutidos nesta Casa permitindo a realização de operações de crédito. Sobrelevou a importância de aprová-los antes do recesso parlamentar para dar continuidade as atividades da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Findo este pronunciamento, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima assumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Zeca Pirão e ressaltou ser esta a Casa do Povo, onde devem conviver pessoas de todos os segmentos sociais, de todas as religiões, de todas as orientações sexuais. Considerou ridículos a discriminação e o preconceito, pois todos somos seres humanos. Disse ter gays e lésbicas em sua assessoria e não os ver como diferentes. As pessoas devem viver da forma que quiserem, desde que se mantenha o respeito, apontou. Devemos ter coerência, sensibilidade e respeito pelos seres humanos, evitando polêmicas e dissensões que a nada levam, aconselhou. Recordou ter apoiado a causa LGBT (sigla usada à época) em seu primeiro mandato como presidente da CMB, participando das passeatas, inclusive em cima de trio elétrico. Era uma grande festa, uma grande brincadeira, lembrou, com mais de 200 mil pessoas nas ruas, e todos se divertiam e se respeitavam. Almoçou várias vezes com lideranças do movimento e deu apoio às misses para que viajassem, rememorou, afirmando que jamais rejeitaria as pessoas desse segmento, sempre as ajudaria e respeitaria. Em relação aos projetos autorizando a PMB a fazer empréstimos, reconheceu ser importante aprová-los para permitir à gestão municipal fazer o que é necessário em benefício da cidade e da população, recordando que esta Casa aprovara anteriormente diversas operações de crédito para o governo anterior. Pediu aos vereadores que se conscientizassem disso e aprovassem os projetos, a serem discutidos e votados em sessões extraordinárias marcadas para o dia seguinte. Externou depois estar muito satisfeito com a tranquilidade, a transparência e o respeito demonstrado pelos vereadores. Havia algumas divergências, admitiu, mas isso era normal, sendo mais importante o amadurecimento dos parlamentares, que mostravam estar realmente preocupados com a população. Orgulhava-se dos membros deste parlamento por entenderem que as necessidades e interesses do povo estavam em primeiro lugar, acima das divergências políticas, declarou. Assumiu depois a palavra o vereador Matheus Cavalcante e disse que apoiaria se fossem criados mecanismos para impedir a disseminação de notícias falsas neste parlamento. Reportou depois ter chegado à CMB às oito horas da manhã do dia anterior para participar da reunião da Comissão de Economia e Finanças desta Casa que discutiria os projetos do Executivo Municipal relativos às operações de crédito. Infelizmente, continuou, a reunião não ocorreu no horário estabelecido porque o presidente da comissão não compareceu. Ela foi remarcada para depois da sessão ordinária, mas então não pôde estar presente, relatou, considerando ter havido pouca discussão a respeito dos projetos. Participou depois que apresentaria um projeto de lei estabelecendo a liberação automática de alvarás para empresas cuja Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE fosse de baixo risco. Esclareceu que isso facilitaria a abertura de microempresas e de pequenas empresas, diminuindo a burocracia, aumentando a oferta de empregos e facilitando a retomada econômica. Pediu apoio aos demais parlamentares para a aprovação desse projeto. Informou também que protocolaria neste dia um projeto de lei denominado Crédito Jovem, utilizando os recursos do Fundo Ver-o-Sol, destinado a ajudar jovens empreendedores em nossa cidade. Em aparte, manifestou-se o

vereador Mauro Freitas. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do Governo, Allan Pombo avaliou como exitosa a criação do Banco do Povo na gestão anterior do prefeito Edmilson Rodrigues. Disse conhecer muitos pequenos empreendimentos - lojas de roupas, oficinas de bicicleta, comércios e outros - que iniciaram com um empréstimo do Banco do Povo. Atualmente, atentou, passamos por uma crise nacional de geração de emprego e renda, havendo quase quinze milhões de desempregados e sessenta milhões de pessoas vivendo na informalidade. Muitos jovens nem estudavam nem trabalhavam, os ditos hem-nem, complementou, e precisamos de políticas públicas para enfrentar essa situação. Pediu depois a compreensão dos demais vereadores à necessidade de aprovação dos projetos permitindo as operações de crédito à PMB, salientando ser este um ano difícil para os municípios, enfrentando uma pandemia que persiste. Avaliou que este parlamento tem grandes representantes dos mais variados segmentos da sociedade, incluindo principalmente a periferia da capital, o que denota o compromisso desta Casa com toda a cidade de Belém. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade recordou ter, no mandato anterior, subido várias vezes à tribuna, assim como outros vereadores, para cobrar celeridade às obras de macrodrenagem do canal do Tucunduba, àquela época realizadas de forma muito lenta pelo governo de Simão Jatene. Parabenizou em seguida a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - Sedop e o governador Hélder Barbalho pelo avanço nesse trabalho, havendo assim resultados positivos às comunidades que ficaram abandonadas durante muitos anos. Testemunhou que, após uma hora de chuva intensa, não houve o alagamento das ruas na região e em apenas uma delas havia acúmulo de água, que foi drenada em pouco tempo. A macrodrenagem do Tucunduba, memorou, começou na gestão municipal de Duciomar Costa, passando depois à responsabilidade da governadora Ana Júlia e sendo, em seguida, assumida por Simão Jatene. Entretanto, ressaltou, na gestão de Hélder Barbalho avançou como nunca antes e já estava chegando à Travessa Vileta. Confessou ficar feliz de ver, como morador, o impacto positivo dessa obra em vários bairros de Belém, valorizando os imóveis e aumentando a qualidade de vida da população. Além da macrodrenagem do Tucunduba, continuou, o governador tem autorizado a pavimentação asfáltica e a drenagem de algumas ruas, como a Passagem Eduardo, no Bairro do Marco. Parabenizou a gestão estadual por essas melhorias e também à PMB, que também tem participação nessas obras e atua na limpeza dos canais de nossa cidade. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bioco. Pela liderança da Oposição, Josias Higino notificou que, no domingo anterior, a porta de um ônibus que fazia a linha para Outeiro caiu e os passageiros tiveram que descer para apanhá-la. Afiançou ter pesquisado e verificado que em cidades como Santarém, Altamira e Barcarena isso não acontecia. Questionou qual a providência que esta Casa poderia tomar em relação ao transporte público urbano em Belém. Após o fim da última e recente greve dos rodoviários, a condição dos coletivos continuava precária, mas esperava um aumento da tarifa em breve, revelou. Confessou sentir-se ainda um rodoviário, pois trabalhou durante dezenove anos como cobrador e motorista, avaliando que atualmente a manutenção dos veículos não era realizada da forma correta como ocorria antigamente. A higienização dos ônibus é quase inexistente e os veículos trafegam lotados, como se não houvesse pandemia, denunciou. Em aparte, manifestou-se o vereador Emerson Sampaio. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro noticiou a realização de uma reunião semipresencial do programa Tá Selado, no dia anterior, com a participação de mais de mil e cem servidores públicos municipais. Comentou que, apesar da pandemia, através do programa a PMB ouviu os oito distritos da cidade, setenta e dois bairros e diversos segmentos. Julgou ser esta prática muito importante, considerando natural haver tensionamentos nos debates e parabenizando a Prefeitura pelo programa Tá Selado. Opinou que este programa representa um processo de construção da participação popular no governo das novas ideias. Em relação aos projetos permitindo operações de crédito pela PMB, explicitou que a Prefeitura tem saúde financeira para contrair os empréstimos e que o dinheiro seria destinado a obras de saneamento, a reformas de prédios públicos e a eventos e programas de melhoria da gestão pública. Seriam feitos investimentos para melhorar a vida da população de Belém, resumiu. Comunicou aos novos vereadores desta legislatura ter feito oposição ferrenha, durante oito anos, ao governo Zenaldo Coutinho, mas jamais ter votado contrariamente aos projetos permitindo operações de crédito à PMB. Tais projetos sempre foram aprovados por unanimidade nesta Casa, completou. Os membros da Comissão de Economia e Finanças estavam presentes na CMB às oito e trinta da manhã do dia anterior para a reunião que discutiria os projetos permitindo as operações de crédito, atestou. Entretanto, prosseguiu, acatou-se a sugestão de realizar a reunião após a sessão ordinária para que fossem resolvidos alguns problemas técnicos. Garantiu que os pareceres aos projetos foram debatidos, analisados, aprovados e a reunião realizou-se tranquilamente, havendo quórum. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Findo este pronunciamento, o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem e parabenizou o jornalista Pedro Paulo Ribeiro pelo seu aniversário neste dia. Pela liderança do PDT, subiu posteriormente à tribuna o vereador Allan Pombo e observou ser esta a penúltima sessão ordinária do semestre. As galerias começavam a ser novamente ocupadas, com a mudança do bandeiramento para a pandemia, mas estavam vazias nas sessões realizadas em todos os meses anteriores deste ano, assinalou. Viu nisso uma forte simbologia do momento em que vivemos, pois esta é a





Casa do Povo, composta por representantes do povo, mas a população estava ausente deste parlamento. No ano anterior houve muita dificuldade, ocorrendo alguma melhora com o avanço da vacinação e com a adoção das medidas preventivas, mas esperava que brevemente pudessemos ter de volta a cidade festiva e salva do vírus, externou. Repercutiu nota da Secretaria Municipal de Saúde – Semec informando já terem sido aplicadas 831 mil doses da vacina contra a Covid-19 em nosso município, sendo que 581 mil pessoas receberam a primeira dose (cerca de 40% da população) e 242 mil pessoas já haviam recebido as duas doses (quantidade correspondente a 16,2% da população de Belém). Saliou que a vacinação em nossa capital estava acima da média nacional, sendo organizada em grupos de prioridade, incluindo categorias como rodoviários, bancários e lactantes, avançando agora nas faixas etárias. Parabenizou a PMB pela excelência no trabalho de imunização, tornando nossa cidade referência nacional na vacinação contra a pandemia. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante disse não ter sido informado adequadamente sobre o motivo para o adiamento da reunião da Comissão de Economia e Finanças, exposto anteriormente pelo vereador Fernando Carneiro. Reconheceu ter sido informado do novo horário da reunião, mas não pôde ficar para participar dela. Avaliou ter havido pouco tempo para a leitura e análise dos projetos permitindo as operações de crédito à PMB. Apesar de compor a Oposição à gestão municipal, sempre votou e votará favoravelmente ao que vier a beneficiar a população de Belém, assegurou. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da Ordem do Dia e o vereador Renan Normando pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. O presidente da sessão leu então a convocação do presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, aos vereadores para reunirem-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas quantas sessões fossem necessárias, a partir do dia 30 de junho de 2021, a partir das doze horas, neste salão plenário, para discutir e votar os projetos de lei de autoria do Executivo Municipal: projeto que “Autoriza o município de Belém, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar operação de crédito de natureza financeira com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata”, constante no Processo nº 1305/2021; projeto que “Autoriza o município de Belém, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar operação de crédito de natureza financeira com o Banco do Brasil S.A.”, constante no Processo nº 1306/2021; projeto que “Autoriza o município de Belém, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar operação de crédito de natureza financeira com a Caixa Econômica Federal”, constante no Processo nº 1307/2021; projeto que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 e dá outras providências”, constante no Processo nº 769/2021. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a criação de uma comissão especial para avaliar o projeto Bora Belém, aprovado neste Poder Legislativo. Fizeram encaminhamentos os vereadores Enfermeira Nazaré Lima, Matheus Cavalcante, Miguel Rodrigues (com aparte do vereador Êmerson Sampaio), Zeca Pirão, Pablo Farah, Josias Higino (com aparte do vereador Êmerson Sampaio), Fábio Souza (com aparte da vereadora Lívia Duarte) e Amaury da APPD. Posto em votação, o requerimento foi rejeitado por maioria, com vinte e seis votos contrários e três votos favoráveis, sem abstenções. Justificou seu voto o vereador Mauro Freitas. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos vereadores para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão e votação o Parecer Favorável de Economia ao projeto de decreto legislativo que “Dispõe sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Belém, de responsabilidade do Sr. Edmilson Rodrigues, no exercício financeiro de 2000”, constante no Processo nº 476/2017, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Na discussão, não houve oradores. Fizeram encaminhamentos os vereadores Josias Higino, Mauro Freitas e Êmerson Sampaio (com apartes dos vereadores Fernando Carneiro e Miguel Rodrigues). Posto em votação, o projeto foi aprovado por maioria, com vinte e nove votos favoráveis e um voto contrário, sem abstenções. O presidente declarou então aprovado o decreto que “Dispõe sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Belém, de responsabilidade do Sr. Edmilson Rodrigues, no exercício financeiro de 2000”, constante no Processo nº 476/2017. Justificou seu voto o vereador Matheus Cavalcante. Passou-se depois à discussão e votação do Parecer Favorável de Economia ao projeto de decreto legislativo que “Dispõe sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Belém, de responsabilidade do Sr. Duciomar Costa, no exercício financeiro de 2011”, constante no Processo nº 1004/2018, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Na discussão, não houve oradores. Foi feita então a leitura do decreto. Fizeram encaminhamentos os vereadores Miguel Rodrigues (com aparte do vereador Êmerson Sampaio), Zeca do Barreiro (com apartes dos vereadores Túlio Neves e Dona Neves), Zeca Pirão (em aparte, manifestou-se o vereador Êmerson Sampaio) e Lulu das Comunidades (com aparte do vereador Miguel Rodrigues). Posto em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o decreto que “Dispõe sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Belém, de responsabilidade do Sr. Duciomar Costa, no exercício financeiro de

2011", constante no Processo nº 1004/2018. O presidente Bieco pediu depois Questão de Ordem solicitando que o projeto de lei constante no Processo nº 1333/ 2021 passasse da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrasse em discussão juntamente com os projetos constantes nos processos de números 1017/2021, 1251/2021, 1257/2021, 1304/2021, 935/2021, 848/2021, 616/2021, 276/2021 e 278/2021, sendo todos votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. O vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando que a votação fosse feita de forma simbólica, mas o presidente respondeu que ela deveria ocorrer de forma nominal. Passou-se então à discussão única e votação, com dispensa de interstício, dos seguintes projetos de lei: projeto que "Institui a Semana Municipal da Visibilidade Trans", constante no Processo nº 276/2021, de autoria do vereador Renan Normando; projeto que "Institui a Semana Municipal de Proteção Animal", constante no Processo nº 278/2021, de autoria do vereador Renan Normando; projeto que "Cria o Dia Municipal da Romaria da Juventude", constante no Processo nº 616/2021, de autoria da vereadora Dona Neves; projeto que "Concede a Medalha Brasão D'Armas de Belém, à Faculdade UNINASSAU", constante no Processo nº 1017/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão (a pedido do vereador Zeca do Barreiro); projeto que "Altera o artigo 1º da Lei nº 9189, de 28 de janeiro de 2016", constante no Processo nº 1251/2021, de autoria do vereador Bieco; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém o Instituto Ercília Nicodemos – I.E.N", constante no Processo nº 1257/2021, de autoria do vereador Neném Albuquerque; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém, o Instituto Maria e Marias", constante no Processo nº 1304/2021, de autoria do vereador Bieco; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Federação dos Empresários, Produtores e Empreendedores Culturais do Estado do Pará", constante no Processo nº 935/2021, de autoria do vereador Bieco; projeto que "Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Associação Carnavalesca Bole-Bole", constante no Processo nº 848/2021, de autoria do vereador Allan Pombo; projeto que "Revoga a Lei nº 9.671, de 22 de junho de 2021", constante no Processo nº 1333/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão. Na discussão, não houve oradores. O vereador Igor Andrade pediu depois Questão de Ordem solicitando que se dispensasse a leitura dos projetos, uma vez que todos os vereadores já os haviam recebido anteriormente por *e-mail*. Posta em votação, esta sugestão foi aprovada pela plenária. Postos em votação, os projetos foram aprovados por maioria, em bloco, com vinte e quatro votos favoráveis e uma abstenção, sem votos contrários, exceção feita ao projeto constante no Processo nº 276/2021, que foi aprovado por maioria, com dezoito votos favoráveis e sete abstenções, sem votos contrários. O presidente Bieco declarou então aprovados os projetos constantes nos processos de números 1017/2021, 1251/2021, 1257/2021, 1304/2021, 935/2021, 848/2021, 616/2021, 276/2021, 278/2021 e 1333/2021. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Fabrício Gama, Blenda Quaresma, Goleiro Vinícius e Gleisson Silva. Estiveram presentes os vereadores: Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Renan Normando, Miguel Rodrigues, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Augusto Santos e Juá Belém, pelo Republicanos; Zeca Pirão, Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Lívia Duarte, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 29 de junho de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário